

“REFÊNS DA PRODUTIVIDADE” SOBRE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, SAÚDE DOS PESQUISADORES E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO NA PÓS-GRADUAÇÃO

BIANCHETTI, Lucídio – UFSC – lucidiob@uol.com.br

MACHADO, Ana Maria Netto – UNIPLAC – laborescrita@uol.com.br

GT: Trabalho e Educação / n.09

Agência Financiadora: CNPq

Palavras-chave: pós-graduação; produtividade; trabalho intelectual; saúde do trabalhador

*“Eu acho que o mais importante era a **qualidade** do trabalho. A **temporalidade** com que ele era executado não tinha muita importância. E hoje eu acho que tem uma inversão absoluta. A gente é **prisioneira de uma temporalidade, prisioneira de uma produtividade, prisioneira de um fluxo**, e aquilo que é o próprio exercício da **construção teórica, da construção do pensamento**, que tem totalmente outro tempo, porque é o **tempo da criação, hoje em dia isso não existe**. Então a gente tem um caráter mais de **engenharia**, temos que obedecer a um fluxo (...) a grande mudança na verdade é essa (...) **Estamos submetidos a uma política duríssima. A guerra da produtividade é muito violenta? É!**”*

(ex-coordenadora de PPGE entrevistada)

INTRODUÇÃO

Pós-graduação, pesquisa, ciência são termos relativos ao mesmo campo de trabalho. Remetem a sentidos, contextos e histórias heterogêneas, que convém distinguir para situar o modelo que organiza a pesquisa brasileira hoje, ao qual estamos submetidos e é central neste escrito.

A história da pesquisa no Brasil pode ser retratada em quatro momentos: 1) pesquisas pontuais aplicadas, realizadas por profissionais especializados, estrangeiros vindos ou trazidos para fazer face aos desafios e possibilidades da exploração econômica¹ em tempos da colonização (Córdova et al, 1986); 2) a sucessiva criação de institutos de pesquisa² nas diversas áreas, desde 1808 (Guimarães, 2006); 3) o início da Pós-graduação (PG) *stricto sensu* como nível de formação, há pouco mais de 40 anos,

¹ Um exemplo expressivo é a vinda de Maurício de Nassau em 1637 ao Nordeste para desenvolver, entre outras frentes, a produção da cana de açúcar em padrões competitivos com os países do Caribe. A exploração de minério e o enfrentamento das ameaças à sobrevivência dos europeus num território tropical, obrigaram a desenvolver pesquisas nas áreas biomédicas, engenharia, mineralogia etc.

² O primeiro instituto criado foi o Jardim Botânico do RJ (1808).

quando a pesquisa passa a realizar-se também nas universidades³ - até então instituições basicamente de ensino e 4) as mudanças nas políticas de PG desencadeadas pela CAPES na última década do séc. XX, ao consolidar o sistema de PG, definido como espaço de formação de pesquisadores⁴ e instaurar uma forte indução/controlar da produtividade, com resultados quantitativos expressivos⁵.

Nas páginas que seguem analisamos o impacto deste último momento, ou seja, as repercussões das políticas de PG em vigor: a) no **campo de trabalho dos pesquisadores**; b) nos **resultados** do trabalho/**produção intelectual** e c) na **saúde dos pesquisadores**. Nossa reflexão tem como base: 1) dados empíricos de pesquisa⁶ que envolveu entrevistas com mais de 70 pesquisadores, orientadores e coordenadores de PPGEs; 2) artigos de De Meis et al. (2003), Louzada e Silva Filho (2005a, 2005b), Guimarães (2006) e Machado (2007). Os dois primeiros grupos de pesquisadores são da área da saúde e vêm investigando os impactos do trabalho na saúde dos trabalhadores deste segmento. Os dados da nossa pesquisa, realizada junto a pesquisadores da área de educação, bem como das investigações desses pesquisadores convergem no sentido de apontar o quanto as novas exigências de produção estão afetando a saúde de pesquisadores. Essa interlocução possibilita generalizar resultados para a comunidade científica mais ampla, o que pode contribuir para a compreensão das políticas praticadas para a pesquisa e as conseqüências para os pesquisadores, tanto no que diz respeito às condições, como aos resultados do seu trabalho.

Estatísticas oficiais e diversos trabalhos (CAPES, 2005; De Meis et al, 2003; Guimarães, 2006; Marchelli, 2005; Kuenzer e Moraes, 2005) atestam que o modelo implementado pela CAPES, a partir da última década do século XX, aumentou a produção científica brasileira, fazendo o país ingressar nos *rankings* internacionais como gerador de conhecimentos. Depreende-se, entretanto, das pesquisas aqui consideradas duas dimensões alarmantes: 1) “o crescimento da ciência brasileira se dá graças a um enorme desgaste emocional das pessoas envolvidas”, como concluíram Louzada e Silva Filho (2005b), e, 2) as fortes pressões para publicar em periódicos

³ Principalmente a partir do primeiro Plano Nacional de Pós-graduação (1975), precedido da criação da CAPES e do CNPq, ambos em 1951.

⁴ Nos primeiros 30 anos de PG - cujo marco legal é o Parecer 977/65 (Cury, 2005) - a meta foi a formação de docentes para o ensino superior.

⁵ Atribui-se à PG o fato de o Brasil estar contribuindo com quase 2% da produção científica mundial.

⁶ Omitimos o título para atender a exigência de anonimato da ANPED.

indexados têm desvirtuado a finalidade da pesquisa científica, situando os ‘produtos’ (artigos ou *papers*) como um fim em si mesmos⁷, deixando em segundo plano ou esquecendo que são meios para **divulgar descobertas, inovações** ou **avanços** do conhecimento (Bueno et al, 2002). Na seqüência analisamos as mudanças ocorridas no sistema para, em seguida, abordar seus impactos nas produções e na saúde dos pesquisadores.

MUDANÇAS NO CAMPO DE TRABALHO DOS PESQUISADORES

A partir da mudança de concepção das metas do sistema de PG nacional – da formação de professores para a educação superior à formação de pesquisadores - a primeira medida com profundo impacto sobre a vida/trabalho dos pesquisadores foi a **redução de prazos** para a realização do mestrado e doutorado (dois e quatro anos respectivamente, difundida em meados da década de 1990). Esta recomendação pontual, aparentemente aleatória (por que dois anos e não um e meio ou três?) exerceu, à época, uma forte pressão sobre Programas (PPGs) e pesquisadores, gerou resistências, queixas, adesões, revoltas e até desacato por parte de Programas com tradição e prestígio (UNICAMP, por exemplo). A diretriz foi paulatinamente sendo acatada pela maioria⁸, pois o atrelamento da avaliação ao fomento ‘pune’⁹ ou recompensa com diminuição ou acréscimo de bolsas e financiamentos aos PPGs.

A redução de prazos foi a ponta do *iceberg* que desencadeou um processo de exigências em cascata aos PPGs e impôs, insidiosamente, como analisa Bourdieu (2001), ao tratar dos riscos aos quais a cultura contemporânea está exposta, a partir das “políticas ditas de liberalização que as potências econômica e culturalmente dominantes visam impor universalmente sob a máscara da ‘globalização’” (p. 91). Morosini (2004) corrobora essa análise ao afirmar que as mudanças na educação superior e sobretudo o modelo de pós-graduação no Brasil vêm sendo regulamentados por padrões internacionais ou transnacionais.

⁷ Como afirma Silva (2005), a meritocracia vem gerando uma verdadeira “corrida pelo Lattes”.

⁸ É como se tivéssemos entrado, conforme Kuhn (1978), em um período de “ciência normal”.

⁹ Além de incidir sobre as bolsas deste órgão, a avaliação da CAPES serve de critério para o CNPq, a FINEP e outros órgãos de fomento à pesquisa, estabelecendo rankings entre IES e entre PPGs da mesma IES. Enfim, punição/recompensa são resultados dessa estratégia que, embora seja chamada de avaliativa, nada a aproxima daquilo que se deveria entender por avaliação formativa, como tão bem denuncia Sguissardi (2006).

Na busca das raízes mais profundas, podemos traduzir a medida de **redução de prazos** para o jargão econômico, chegando facilmente à equação: **mais produção em menos tempo!** Não é difícil reconhecer nela a fórmula central do modo de produção capitalista que veio a se constituir como o segredo da acumulação e da expansão do capitalismo, por meio da apropriação e intensificação do tempo de trabalho dos trabalhadores, com a criação de alternativas para garantir a “realização do lucro” crescente (Oliveira, 2006).

A abdicação compulsória, por parte dos trabalhadores, do seu ritmo ou tempo de trabalho - traço essencial e característico de todo modo de produção que precedeu ao capitalista - esteve relacionada às inúmeras racionalizações que foram promovidas no processo produtivo. O paroxismo, neste aspecto, foi alcançado com inovações criadas e implementadas no contexto da divisão técnica e social do trabalho, implantadas a partir das estratégias de gerenciamento científico e das inovações tecnológicas - nestas destacando-se, no passado, a esteira rolante - materializadas no paradigma taylorista-fordista¹⁰. Marx (1987, p. 585) ajuda a compreender esse processo:

A produção da mais valia absoluta se realiza com o **prolongamento da jornada de trabalho** além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a **apropriação pelo capital desse trabalho excedente**. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: **trabalho necessário e trabalho excedente**. Para prolongar o trabalho excedente, **encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário**. A produção da mais valia absoluta gira exclusivamente em torno da **duração da jornada de trabalho**; a produção da mais valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. A produção da mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.

Na PG, a redução de prazos implicou justamente um prolongamento e intensificação da jornada de trabalho dos orientadores/pesquisadores. Com exigências

¹⁰ Advém de um magistral trabalho de E. P. Thompson (1924 – 1993) uma das mais abrangentes contribuições sobre estratégias para mudar a relação das pessoas com o seu próprio tempo e as suas decorrências: abdicar (violentamente) do ritmo biológico e aderir (forçosamente) ao ritmo dos equipamentos, principalmente na passagem do modo de produção feudal ao capitalista. Cf. o artigo “O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo” de Thompson (1991).

draconianas e o suporte de uma nova base tecnológica, consegue-se hoje dedicar menos tempo a uma série de tarefas, sobrando mais tempo para... mais trabalho ou trabalho excedente.

Por outro lado, pensava-se uma década atrás que os artefatos tecnológicos seriam responsáveis por um tempo maior de ócio ou lazer e propiciariam a redução da jornada de trabalho (De Masi, 1999). Porém, tal previsão mostrou-se equivocada. O ócio esperado tornou-se desemprego e o trabalho informal, precarizado,¹¹ gerou uma jornada que não precisa ser controlada por relógios-ponto ou chefias, nem precisa de local de trabalho presencial. A vida privada foi invadida; diluíram-se os limites entre o local de trabalho e o lar. Com o suporte das chamadas novas tecnologias o trabalho acontece em qualquer tempo e lugar, não raro invadindo o tempo do necessário sono (Pereira, 2003; Alvarez, 2004), *full time*, sem direito a hora extra!

Dentro da crescente flexibilização, Bourdieu (1998, p. 125) cria o termo “flexploração”, ordem na qual nos tornamos escravos de um grande chefe invisível: a economia de mercado - que consegue criar cumplicidade inclusive entres pares, identificados numa espécie de servidão voluntária (La Boétie, 1986) coletiva. Bourdieu (1998) adverte que este movimento leva conseqüentemente ao individualismo, ao enfraquecimento das ações coletivas (o sindicalismo em refluxo é um exemplo concreto), onde inexistente a solidariedade. De acordo com suas palavras, este padrão cria “*um exército de reserva de mão-de-obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente de desemprego.*” (p.140)

Os empregados têm por sua vez o seu tempo excedente devorado por exigências burocráticas:

Preencher relatórios, alimentar estatísticas, levantar verbas e promover visibilidade para o departamento. O campus vai se reconfigurando num gigantesco pregão. O gerenciamento, de meio acabou se tornando o fim na Universidade. A idéia é de que todos se empenhem no limite de suas forças. (Sevcenko, apud Leda, 2006, p. 81)._

¹¹ Temos consciência de que uma série de conceitos e questões polêmicas envolvem a especificidade do trabalho e dos trabalhadores da educação. Ao tomarmos como uma das âncoras deste texto a “produtividade” na PG seria imprescindível discutir o próprio conceito, na direção encetada pela excelente revisão de literatura feita por Fontoura & Tumolo (2006) sobre a questão da (im)produtividade do trabalho docente na perspectiva marxiana. No entanto, devido aos limites de espaço este desafio ficará para um próximo escrito.

A expressão “capitalismo acadêmico” (Delgado, 2006) vem sendo concebida para dar conta da maneira criativa e peculiar como o capitalismo se realiza neste âmbito da atividade, a partir da instauração do binômio avaliação-fomento¹², sob o critério da produtividade. A pesquisa de De Meis et al mostra o aumento da competição por recursos para pesquisa à medida que não só estes diminuem, como o contingente¹³ de pesquisadores que passa a pleiteá-los cresce em proporção geométrica. Efeitos negativos na criatividade dos pesquisadores e desestímulo para a escolha da carreira de cientista, com riscos de impedir que o potencial científico do país se realize, são advertências desses autores.

Uma longa série de conceituações faz sentido e contribui para a compreensão deste novo panorama no campo da pesquisa nacional. A noção de “nova intransparência” (Habermas, 1987) aqui aplicada entre o mundo da produção e o mundo da educação, vem contribuindo para concretizar aquilo que Schultz (1973, p. 19), sistematizador da teoria do capital humano, propugnava para a escola/universidade: “As escolas podem ser consideradas empresas especializadas em ‘produzir’ instrução. A instituição educacional, que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria”.

Waters (2006, p. 21 e 23), ao analisar essa realidade entre os pesquisadores norte-americanos, considera que os administradores¹⁴ tiveram a maior parte da

¹² A avaliação não será foco central, mesmo que esteja no cerne do debate. Três artigos fundamentais em torno da avaliação da CAPES são: Baía Horta & Moraes (2005), que trata dos desdobramentos da avaliação na área de Educação e grande área de Ciências Humanas; Sguissardi (2006), apresentando crítica contundente à “avaliação defensiva e controladora da CAPES” (o autor surpreende ao trazer à tona sugestão de comissão de peritos internacionais no sentido de abrandar o rigor e a homogeneidade do sistema brasileiro). Entre outras questões o autor procura responder: “Como este modelo de regulação e controle contribui para que a Universidade se torne uma instituição cada vez mais neoprofissional, heterônoma e competitiva”? (p. 49). Outro artigo de Baía Horta (2006) discute o assunto, a partir de depoimentos de Coordenadores de PPGes.

¹³ Dez mil doutores formados por ano como meta do primeiro governo Lula da Silva (já praticada) e 16 mil na meta atual. Comparado com o aumento do número de doutores na década de 1990 a 2000, que foi de 1.410 para 5.374 (De Meis et al 2003), é fácil entender o ‘surto produtivista’, acompanhado do ‘surto competitivo’ do qual participamos, como mola propulsora do sucesso da produção científica brasileira.

¹⁴ Em páginas anteriores do livro, no entanto, o autor, citando Crier, denunciava que “o crescimento aparentemente inevitável do controle administrativo está sufocando o trabalho real”. A autora citada culpa igualmente administradores e administrados, concluindo: “Desprezo nossa deliberada ignorância e nossa passiva aceitação desses grilhões impostos ao espírito norte-americano” (p. 15).

responsabilidade pela implementação do processo de descaracterização da universidade e suas funções e pelos resultados colhidos. A “cultura da contabilidade”, a busca da produtividade por todos os meios e como fim, o controle, o anti-intelectualismo, a transformação das universidades em corporações, o “menosprezo pelas humanidades”, “a introdução da ideologia de mercado na academia” e outros tantos problemas devem-se “àqueles que empregam as técnicas de administração de empresas e invadem a casa do intelecto...”. E conclui: “O grupo dos MBAs está no comando”.

De outra parte, autores como Silva Júnior (2005) contribuem para o entendimento da situação na qual nos encontramos, com a noção de “racionalidade mercantil na pós-graduação” ou Warde (2006), ao recuperar a denúncia de Adorno a respeito da implementação da “pesquisa administrada”. Esta condição a que estamos submetidos traz como decorrência “la retirada de los intelectuales” (Follari, 2006).

Bourdieu (2001, p.36-37) representa a voz da resistência, ao exortar os intelectuais, especialmente os pesquisadores, a um engajamento político:

Que papel podem desempenhar no movimento social, em escala nacional e, sobretudo internacional, isto é, no nível mesmo em que atualmente se joga o destino dos indivíduos e das sociedades? Como podem contribuir para a criação de uma nova maneira de fazer política? Primeiro ponto: para evitar qualquer mal-entendido, é preciso deixar claro que um pesquisador, um artista ou um escritor que intervém no mundo político não se torna por isso um homem político; de acordo com o modelo criado por Zola por ocasião do caso Dreyfus, torna-se um intelectual, ou, como se diz nos Estados Unidos, um *‘public intellectual’*, ou seja, alguém que engaja numa luta política sua competência e sua autonomia específicas e os valores associados ao exercício de sua profissão, como os valores de verdade e de desinteresse, ou, em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política mas sem abandonar suas exigências e suas competências de pesquisador.[...] as intervenções dos artistas, dos escritores ou dos cientistas – Einstein, Russel ou Sakharov – no espaço público encontram seu princípio, seu fundamento, numa ‘comunidade’ voltada para (*committed*) a objetividade, a probidade e o desinteresse. É aliás a seu suposto respeito pelas leis não-escritas, assim, como à sua competência técnica, que o *scholar* deve sua autoridade social. Ao intervir assim, ele se expõe a decepcionar (a palavra é fraca demais), ou melhor, a chocar, em seu próprio universo, aqueles que vêem no *commitment* um descaso para com a ‘neutralidade axiológica’ e, no mundo político, aqueles que vêem nele uma ameaça a seu monopólio e, mais genericamente, todos aqueles a quem sua intervenção atrapalha.

Em consonância com Bourdieu está a pergunta de Chauí (2003, p. 6): “Como foi possível passar da idéia da Universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?” Refletir sobre estas questões é

provavelmente insuficiente para brevar ou transformar o modelo estrategicamente em curso no país, sobretudo porque, como vimos até aqui, não se trata de uma iniciativa isolada, mas sim fortemente amarrada num processo internacional (Morosini, 2004), em que cada detalhe está organizado para bloquear possibilidades alternativas. Embora o modelo não seja autóctone nem se considere adequado às ciências sociais e humanas¹⁵, uma grande rede envolve os próprios pesquisadores na condução do processo como lideranças, legitimando-o diante da comunidade científica que, apesar de estar ciente dos limites do sistema, sente-se impotente para reverter o quadro.

“A introdução da ideologia de mercado na Academia”, como mostra Waters (2006, p. 23) e outros autores citados, resultou na busca desenfreada pela produtividade por todos os meios e como fim; no controle sem limites que invade a vida privada; no anti-intelectualismo e na transformação das universidades em corporações, disseminando-se o “menosprezo pelas humanidades”. Diante desse quadro, nos identificamos com mais uma contundente expressão de Waters (p. 51): “Esse progresso é apenas uma aparência enganadora, mascarando a melancolia acadêmica”.

REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS DE PRODUTIVIDADE NA PRODUÇÃO INTELECTUAL

“As publicações acadêmicas se tornaram tarefas em série, como as peças que rodam pelas esteiras de uma linha de montagem (...) O produto é tudo o que conta e não sua recepção, não seu uso humano.”
(Waters, 2006, p. 42)

Detectamos três aspectos centrais como conseqüências da transformação da pesquisa em mercadoria, submetendo a dinâmica da ciência ao “tempo de giro” do capital (Harvey, 1993). A pesquisa torna-se efêmera, perdendo o seu caráter de longevidade, isto é, o resgate do passado, a efetividade no presente e a prospecção futura do conhecimento. Nesse processo há uma submissão da produção do conhecimento à dinâmica “sociometabólica do capital” (Mészáros, 2005). O primeiro aspecto diz respeito à crença (senso comum acadêmico) que uma publicação equivale a uma descoberta científica. O segundo, ao impacto social dos novos conhecimentos: que efeitos benéficos geram para a humanidade? E o terceiro, refere-se ao rigor que

¹⁵ O modelo de avaliação da CAPES tem sua origem vinculada a um modelo estatístico oriundo da área de Economia e Contabilidade, como pode ser observado em Carvalho (2001).

escapa ao controle esquadrinhador promovido pela “cultura da contabilidade” (Waters, 2006, p. 23).

Os depoimentos abaixo, recolhidos por De Meis et al¹⁶ (2003) auxiliam a distinguir o joio do trigo: “Meu chefe tem um monte de publicações... mas, quando você vai ver o que ele descobriu... você pode resumi-lo em três toques: ele descobriu isto, isto e aquilo. O resto foi para treinar os estudantes e conseguir recursos”; ou então: “quando os entrevistados se referem aos seus colegas de trabalho, usualmente referem-se ao número de suas publicações em periódicos, sem saber claramente o que foi descoberto”.

Os depoimentos denunciam que estamos considerando ‘publicação’ como sinônimo de descoberta: as publicações têm o sentido original de colocar em circulação novas descobertas, para que sejam levadas em conta por outros pesquisadores (sentido cumulativo da ciência), e para que permitam seu uso em implementações que venham a beneficiar a humanidade. Ao invés dessa meta, afirma uma pesquisadora por nós entrevistada, “estão obrigando as pessoas a publicarem uma mesmice só. Você pega um autor, um pesquisador, que é bom, mas ele publicou quinze coisas e aí você vai ler as quinze coisas e é a mesma coisa. Isso é problemático”. Outra entrevistada, ex-coordenadora de PPG declara: “o produtivismo não me ofende só pela mediocrização; me ofende eticamente. É a venda de sucata como ouro. Nós não estamos nem apresentando cobre como ouro, como diria Freud; nós estamos apresentando sucata como ouro”, considerando que a qualidade das produções deixa muito a desejar.

Um sujeito da pesquisa de De Meis et al (2003), sobre esse mesmo ponto, declara: “A reputação científica parece ser construída sobre bases ‘cientométricas’, assumindo que o impacto dos periódicos reflete a novidade e importância das descobertas”. Todos os dispositivos¹⁷, implementados para avaliar a qualidade das produções, deixam escapar essa sutil, mas fundamental diferença e precisariam ser submetidos a uma reflexão de cunho ético e epistemológico, para recuperar o sentido perdido da contribuição da ciência para a sociedade, hoje reduzida ao mercado internacional e suas leis.

¹⁶ Todas as citações do artigo de De Meis et al foram traduzidas livremente do inglês pelos autores.

¹⁷ Comitês editoriais, listas Qualis, pareceres ad hoc, plataforma Lattes, formulários de avaliação etc., todos privilegiam a contabilidade de produções.

Na atual conjuntura o frenesi por publicar tem desencorajado autores a escreverem livros, por exemplo, pois demandam mais reflexão, mais tempo de elaboração, mais pesquisa e por isso, na contagem de produtos, ‘rendem’ menos. Waters (2006, p. 88) pondera que “temos de saber quando é preciso esconder as coisas, e quando é tempo de mostrá-las. Ter a noção do momento certo é tudo (...) Há gente demais desesperada em publicar, e muito pouca gente esperando o momento propício e deixando um projeto tomar corpo...”.

A realidade norte-americana comentada por Waters (2006, p. 26) serve de advertência:

O aumento meteórico das publicações acadêmicas desde a década de 1960 até a década de 1990 explodiu violentamente, com certeza, da mesma forma que os indicadores Dow Jones e NASDAQ. Agora é hora de parar e entender o quanto essa explosão é inimiga da vida da mente, porque o ensino e a escrita sérios tiveram de ser postos em posição secundária quando as publicações, por si mesmas, foram glorificadas.

Convergindo com essa posição, uma das nossas entrevistadas alerta para a possível extinção de algumas áreas da ciência no Brasil, como, por exemplo, arqueologia ou medievalismo, nas quais a obtenção de resultados é demorada e, por isso é praticamente impossível produzir em prazos curtos e altamente cronometrados.

Uma mudança na postura dos editores é assinalada na literatura inglesa como consequência desse tipo de política de produtividade: ao invés de incentivar os pesquisadores a escrever, convidá-los para publicar, acabam tendo que assumir a posição de *gatekeepers* (leões de chácara). E isto, afirma Thompson (2005, p. 5), passou a ocorrer “quando a qualidade intelectual e o mérito literário foram sacrificados no altar do mercado.”

O ritmo veloz do cotidiano ao qual os pesquisadores estão submetidos hoje, aliado às burocracias dos gestores da ciência estão pondo em risco a sua capacidade intelectual. E, de fato, como refere Waters (2006, p. 61), “não vamos mais fingir que os acadêmicos são intelectuais [...] Poucos, mas muito poucos acadêmicos, ainda são intelectuais”, pelo menos na acepção de “intelectuais críticos”, como alerta (Duarte, 2006).

REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS DE PG NO TRABALHO E NA SAÚDE DOS PESQUISADORES

“Tornei-me uma espécie de máquina,

*que responde quase sempre ao dever
e que acaba por não se divertir ou descansar.
Sou impelido para o trabalho
e para ler apenas o que é relevante ou útil.
O problema é que estou a ficar viciado nisto”.*
(Abraham Maslow¹⁸, 1908 - 1970)

O desabafo do psicólogo norte-americano que difundiu a idéia segundo a qual produz mais e melhor o trabalhador auto-realizado, retrata com fidedignidade o cotidiano dos trabalhadores da PG, como enfatiza um dos nossos entrevistados, ex-coordenador de PPGE:

Ele é um cara que tem que produzir no mínimo, dois produtos qualificados por ano; ter seis ou sete orientandos de mestrado e doutorado, não sei quantos alunos da graduação; tem que dar as aulas, ir para os congressos, mandar projetos para o CNPq. **Ele é um infeliz.** O professor universitário hoje não tem nada a ver com aquele cara que há 25 anos, quando comecei minha carreira, sonhei ser. Quer dizer, a gente **perdeu uma certa tranqüilidade** na produção, **perdeu uma postura intelectual mais crítica**, mais construtiva, e **mais relaxada**, por uma pressão da produção que é absolutamente, do meu ponto de vista, indevida, da forma como está se fazendo.

Esse espelho no qual nos miramos assusta e pode levar jovens a evitar a carreira científica (De Meis et al, 2003). Atualmente, refere uma ex-coordenadora de PPGE, “tem muito professor com câncer e tem muito aluno com depressão”, sem deixar de ressaltar que aí entram também características pessoais de cada um.

As estatísticas ainda são tímidas, mas a repercussão do suicídio de um doutorando em Harvard em 1998 (Louzada, 2005b) alertou para o problema. Estudos consistentes proliferam em diversos contextos: Sennett (1999) ao tratar d’*A corrosão do caráter*, enfoca as “conseqüências pessoais do trabalho no capitalismo” a partir da implementação de *A cultura do novo capitalismo* (2006); Berardi em *A fábrica da infelicidade* (2005), Codo et al (1999) e De Meis et al (2003) abordando a síndrome de *burnout* - sendo que este último a associou diretamente à produtividade e à competitividade na PG - e Dejours (1991) entre outros.

De Meis et al (2003), Louzada et al (2005a e b) e nossos entrevistados emitem vozes uníssonas ao considerar o quadro alarmante vivido pelos trabalhadores da PG, resultado imediato das pressões para publicar. Porém, com eles entendemos que tais políticas se constituem em um instrumento tecnocrático a serviço de uma política neoliberal que operacionaliza os princípios mais degradadores da exploração

¹⁸ Citado por Costa, em: www.psicologia.org.br/internacional/pscl50.htm - 29k

capitalista em escala mundial. Ao jogar no frenesi produtivista aqueles que seriam capazes, pelo seu preparo intelectual, de colocar em questão tal lógica de produção e existência - ao colocá-los na esteira de produção em ritmo acelerado (lembrando a clássica cena de Chaplin no filme *Tempos Modernos*) - a máquina capitalista neutraliza possibilidades de oposição e resistência.

Como resultado, temos cada vez mais trabalhadores estressados e melancólicos na PG (Waters, 2006), sofrendo de depressão e insônia (Louzada, 2005b; Pereira, 2003); dispostos a empreender uma carreira profissional de candidato a bolsas e verbas pela vida afora, e cujo sonho é conquistar um espaço, mesmo que de voluntário, numa universidade pública, supra-sumo da estabilidade (Louzada, 2005a); ou, doutor, demonstrar reiteradamente a sua competência como pesquisador, orientador, ao competir com um contingente cada vez maior de concorrentes, por verbas cada vez mais reduzidas: bolsas de produtividade, financiamentos etc. (Louzada, 2005b). A legitimação/reconhecimento como profissional parece estar, por definição, num futuro inatingível (De Meis et al 2003).

Fazem sentido aqui algumas questões, formuladas em outros tempos e contextos, como é o caso de Waters (2006) nos EUA, há décadas: “Como foi que chegamos a departamentos cheios de acadêmicos infantilizados?” (p. 36); De la Boétie, em *A servidão voluntária*, obra de 1853: “Qual é a força e o segredo da dominação?” (1986, p. 31), ou Bourdieu (2004): Qual é a dádiva que nos faz contrair tamanha dívida, nessa dialética entre premiação e castigo? Por que afinal fazemos mais do que queremos e mais do que podemos, até o limite da exaustão? Entre violência e submissão, experienciamos o assédio moral¹⁹, onde o “uso de si para si” cedeu lugar ao “uso de si pelo outro” (Schwartz, 2005).

Talvez tenha chegado o momento em que sindicatos de docentes da Educação Superior precisem reivindicar para os trabalhadores da PG a condição de periculosidade, bem como, dispositivos que preservem a sua privacidade, pois a profissão vem se configurando como de alto risco para a saúde física e mental e permeabilizando perigosamente as fronteiras entre vida privada e vida profissional.

alertas para refletir e agir

¹⁹ www.assediomoral.org

Recolocar o porquê, o para quê e para quem escrevemos e publicamos é urgente. Firmar posição de que o tempo do capital não pode subsumir os tempos da universidade nem da vida/trabalho é fundamental. Manter acesa a luta para fazer valer que “a escola [e a Universidade] **não** é uma empresa”, somando-nos à denúncia de Laval (2004) é imprescindível. Aproveitar as brechas do sistema, para fortalecer tais causas pode ser um caminho: a CAPES passa a avaliar no próximo triênio a capacidade dos PPGs se solidarizarem entre si. Sinal de que há consciência de que os limites do admissível foram ultrapassados. Em determinado momento fomos induzidos a ser competitivos. E agora? Seremos induzidos a ser solidários?! Cabe perguntar se os pesquisadores deste país são tão infantis e carentes de iniciativa e autonomia que precisam ter seus passos obsessivamente monitorados?!

Enfatizamos, por fim, que a avaliação da CAPES é necessária e, certamente está na base da respeitabilidade conquistada pela PG *stricto sensu*. No entanto, precisamos manter presente o sentido nobre da ciência, para não nos perdermos na obediência a um sem fim de pequenas regras e preceitos, compactuando com uma forma **de avaliação** que vem provocando tantos danos à vida/trabalho dos envolvidos com a PG e vem sendo motivo de questionamentos e denúncias de tantos pesquisadores, como procuramos mostrar no decorrer deste texto.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, D. Cimento não é concreto, tamborim não é pandeiro, pensamento não é dinheiro! Para onde vai a produção acadêmica? 2004.
Disponível em www.agenciact.mct.gov.br/index.php/conten/view/26118.html. Acesso em 04 de abril
- BAÍA HORTA, S. & MORAES, M. C. M. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, ANPEd, n. 30, p. 95-116, set/out/nov/dez. 2005.
- BAÍA HORTA, S. Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas. *Perspectiva*. Florianópolis, NUP/Editora da UFSC, v. 24, n. 1, p. 19-48, jan/jun. 2006.
- BERARDI, F. *A fábrica da infelicidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- . *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- . *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.
- BUENO, B. O. et al. Política de publicação científica em educação no Brasil hoje. *Estudos e Documentos*. Faculdade de Educação da USP, n. 43, 2002.
- CAPES, 2005 - disponível em www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/PNPG.htm
- CARVALHO, J. C. B. de. Origens da ANPEd: de instituída a instituinte. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, ANPEd, n. 17, p. 134-8, maio/jun./jul./ago. 2001.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, ANPEd e Autores Associados, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003.
- CODO, W. (Coord.). *Educação: carinho e trabalho*. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Brasília: CNTE/UnB; Petrópolis: Vozes, 1999.
- CORDOVA, R. de A. et al. *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: UNESCO /CRESALC /MEC /UFSM /CAPES, agosto/1986
- DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. *Perspectiva*. Florianópolis, NUP/Editora da UFSC, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan/jun. 2006.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. Estudo de Psicopatologia do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez e Oboré, 1991
- DELGADO, J. O. Neoliberalismo y capitalismo académico. Antigua, Guatemala, 01 a 03 de março de 2006. Disponível em:
www.flacso.edu.gt/docs/educacion/ponenciaseducaciacso/JaimeOrnelasDelgadoMex.pdf
- DE MASI, D. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999
- De MEIS, L. et al. The Growing Competition in Brazilian Science: Rites of Passage, Stress and Burnout. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*. Disponível em www.scielo.br/bjmr. Acesso em 06 de março de 2007.
- FOLLARI, R. A. La retirada de los intelectuales. *Perspectiva*. Florianópolis, NUP/Editora da UFSC, v. 24, n. 1, p. 341-52, jan/jun. 2006.

FONTOURA, K. B. & TUMOLO, P. S. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. Caxambu, MG, 29ª RA da ANPED, 2006.

GUIMARÃES, R. O futuro da pós-graduação - avaliando a avaliação. Disponível em <http://intranet.ensp.fiocruz.br/admin/aplicacoes/documentos/arquivos/arq6091.pdf> Acesso em 30 março de 2007.

HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

KUENZER, A. Z. & MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1363, set./dez. 2005

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978

LA BOÉTIE, E. de. *Discurso da servidão voluntária*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 .

LAVAL, C. *A Escola não é uma empresa*. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LEDA, D. B. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: SILVA JR. J. dos R. et al. *Reforma Universitária: dimensões e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2006.

LOUZADA, R. de C. R. & SILVA FILHO, J. F. da. Pós-graduação e trabalho: um estudo sobre projetos e expectativas de doutorandos brasileiros. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 1-17, mai/ago. 2005a.

----- . Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*. Maringá, UEM, v. 10, n. 3, p. 1-17, 2005b.

MACHADO, A. M. N. Políticas que impedem o que exigem: dimensões controvertidas na avaliação da Pós-graduação. *Universidade e Sociedade*. Brasília, Sindicato Nacional dos Docentes das IES, a. XVI, n. 39, p.137-149, fev. de 2007.

MARCHELLI, P. S. Formação de doutores no Brasil e no mundo: algumas comparações. *Revista Brasileira de Pós-graduação*. Brasília, CAPES, v. 2, n. 3, p. 7 – 29, mar. 2005

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1987. Liv. 1, V. II

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Campinas: Boitempo, 2005.

MOROSINI, M. Educação superior e trans-nacionalização: avaliação - qualidade - acreditação. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. (Orgs.). *Universidade - Políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. Campinas: Boitempo, 2006.

PEREIRA, M. E. C. A insônia, o sono ruim e o dormir em paz: a ‘erótica do sono’ nos tempos de Lexotan. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. VI, n.2, p. 126-144, 2003.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saúde: construindo outros modos de gestão. In: *Associação Brasileira de Saúde Coletiva*. Florianópolis, jul. 2005.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 1999.

----- . *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2006.

- SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*. Florianópolis, NUP/Editora da UFSC, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan/jun. 2006
- SILVA, A. O. A corrida pelo Lattes. In: RAMPINELLI, W. J. et al (Orgs.). *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005.
- SILVA JR, J. dos R. A racionalidade mercantil da pós-graduação. A produção da ciência pragmática e do individualismo profissional. In: QUARTIERO, E. M. & BIANCHETTI, L. *Educação corporativa*. Mundo do trabalho e do conhecimento: Aproximações. Sta. Cruz do Sul: EDUNISC e São Paulo: Cortez, 2005.
- THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Trabalho, educação e prática social*. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- THOMPSON, J. B. *Books in the Digital Age*. Cambridge: Polity, 2005
- WARDE, M. J. Sobre orientar pesquisa em tempos de pesquisa administrada. In: BIANCHETTI, L. e MACHADO, A. M. N (Orgs.). *A bússola do escrever*. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- WATERS, L. *Inimigos da esperança*. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.